Representação Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 1409/XIII/3.ª

Recomenda ao Governo que encete esforços para travar a exploração de urânio em Retortillo junto do Reino de Espanha e organismos internacionais

Exposição de motivos

A exploração de urânio em sistema de mina a céu aberto acarreta impactos ambientais e para a saúde pública negativos bastante conhecidos e estudados pela comunidade científica. Não só estas minas libertam urânio para os ecossistemas, como outros elementos igualmente radioativos como polónio e radio.

Em 2014, foi publicado um estudo ecotoxicológico incidindo na população das zonas adjacentes às explorações de urânio já abandonadas em Portugal, minas da Urgeiriça e Cunha Baixa, que evidenciaram indicadores de que a população tem estado sujeita à exposição de radiação (1) mesmo após o fecho das minas, sendo que a esta exposição estão associados efeitos nefastos na saúde, nomeadamente alterações no sistema linfático, hormonal, renal e mesmo reprodutor.

Sendo que a mina de "Retortillo-Santidad", em Salamanca, fica localizada a apenas 39 kms da fronteira portuguesa, e que o rio Yeltes que atravessa a mesma é afluente do rio Huebra, que consecutivamente desagua no rio Douro, existe forte probabilidade de contaminação da Bacia Hidrográfica do Douro (RH3) por via da dispersão dos contaminantes através dos aquíferos superficiais e subterrâneos. Também a dispersão de partículas em suspensão resultantes da exploração do minério a céu aberto, por via de explosivos, acarreta o risco de contaminação do território português através dos ventos de leste que afetam Portugal ocasionalmente.

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.433
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt

Neste sentido é evidente que haverá implicações para o território português, tanto ao nível ambiental como ao nível da saúde pública, pelo que ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para a Avaliação de Impacto Ambiental, num contexto transfronteiriço de 1991 (Convenção de Espoo), o governo Espanhol deveria ter comunicado a intenção da construção da mina de urânio a céu aberto e consecutivamente facultado toda a informação intrínseca às suas especificidades.

Sucede que o governo espanhol não tem o mesmo entendimento. Assim, quanto questionado pelo governo português acerca do projeto em questão, informou que no seu entendimento não haveria risco de impactos transfronteiriços. Acresce que, naquela data, a fase de consulta pública em Espanha do Estudo de Impacto Ambiental já teria terminado e, consequentemente, já tinha sido emitida a Declaração de Impacte Ambiental em setembro de 2013 e a noticia de concessão de exploração publicada em boletim oficial a 4 de junho de 2014.

Porém, nesta mesma Declaração de Impacto Ambiental, Orden FYM/796/2013 de 25 de setembro de 2013, são contemplados vários tipos de risco ambiental. Entre os considerados como "impactos severos" encontra-se "possível contaminação de solos" e "alterações físico-químicas das aguas superficiais e subterrâneas". Como forma de prevenção a exploração deverá incorporar medidas para evitar a propagação de poeiras, como "regar a exploração sempre que as condições climatéricas e circunstâncias do trabalho o aconselhem".

Assim sendo, apesar do Governo Espanhol oficialmente não ter considerado a ocorrência de impactos ambientais transfronteiriços na exploração de urânio em Salamanca, na Declaração de Impacto Ambiental da exploração é considerada a forte possibilidade de contaminação dos solos e aquíferos, e como já referido sendo o rio Yeltes um rio tributário da Bacia Hidrográfica do Douro poderá haver contaminação no território português.

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.433
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt

Ainda, consultada a Comissão Europeia em janeiro de 2017, no parlamento europeu, acerca do não cumprimento da convenção de Espoo, a mesma respondeu que "não tinha qualquer conhecimento que as autoridades portuguesas tenham solicitado a Espanha intenção de participar nos procedimentos relativos aos estudos ambientais deste projeto."

O PAN apresenta uma clara preocupação relativamente a este projeto uma vez que a própria Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) se encontra favorável à exploração visto representar um "grande contributo para a segurança do fornecimento de urânio a nível Europeu", e que segundo o Diretor-geral Executivo da entidade exploradora Berkeley, "no máximo da produção, Salamanca irá ser o maior produtor de urânio da Europa, representando 10% das necessidades europeias."

De salientar que o PAN ainda tem a decorrer duas ações na UNECE relativamente à ausência de estudos de impacte ambiental transfronteiriços, por parte de Espanha, nomeadamente, devido à intenção unilateral de construir um Armazém Temporário Individualizado (ATI), para manter resíduos nucleares, na central nuclear de Almaraz.

Face à situação supra descrita, voltam a haver dúvidas se o Governo Espanhol estará ou não a respeitar os acordos internacionais, nomeadamente a Convenção de Espoo, a qual impõe respeito mútuo entre nações que partilham fronteiras físicas.

Assim, a Assembleia da República, nos termos do n. º5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projeto de Resolução, recomenda ao Governo que:

1) Diligencie junto do Governo Espanhol o cumprimento da Convenção de Espoo, e que suspenda a exploração de Urânio na mina de "Retortillo-Santidad" até que seja elaborado o Estudo de Impacto Ambiental Transfronteiriço;

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.433
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt

2) Reforce as iniciativas internacionais, nomeadamente junto da Comissão Europeia e das Organização das Nações Unidas, para garantir o cumprimento de todos os acordos internacionais;
3) Inclua, de modo permanente em todas as reuniões bilaterais entre Portugal e Espanha, o fim do uso de energia nuclear na península Ibérica.

Assembleia da República, Palácio de S. Bento, 9 de março de 2018

O Deputado

André Silva

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.433
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt